



O ENSINO DE HISTÓRIA SOBRE DITADURA(S) NOS LIVROS DIDÁTICOS – A QUESTÃO DAS ESQUERDAS

*The teaching of history about dictatorship(s) in
textbooks – the issue of the left*

Herik Eduardo Sousa Alves*

Recebido em: 23/03/2025
Aprovado em: 26/06/2025

Resumo: O presente artigo visa discutir os apagamentos e omissões das organizações de esquerda nos livros distribuídos na rede pública do Estado do Maranhão das disciplinas de história e ciências humanas, serão objeto desta análise os conteúdos desses livros que tratam sobre os regimes autoritários do século XX. Na primeira parte do artigo será abordado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e seu impacto na elaboração dos livros didáticos no Brasil, em consequente, ainda se tratando sobre o PNLD, serão apresentados os dados de distribuição de didáticos no Estado do Maranhão. No segundo momento serão analisados os conteúdos voltados à ditadura civil-militar brasileira nos livros didáticos “A Conquista da História” e “Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania” a fim de que se verifique se os livros acompanham as tendências historiográficas sobre o período. Por fim, será debatido a representação das ditaduras na América Latina nos didáticos.

Palavras-chave: organizações de esquerda; ditadura civil-militar; livros didáticos..

Abstract: This article aims to discuss the erasure and omissions of left-wing organizations on history and social sciences textbooks in public school distributed in the state of Maranhão, specifically the contents of these books that deal with authoritarian regimes of the 20th century. The first part of the article will address the National Textbook Program (PNLD) and its impact on the

* Doutorando (2025) e Mestre em História (2024) pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST/UEMA), graduado em História Licenciatura (2022) pela mesma universidade. Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC). Professor da Educação Básica - Secretaria Municipal de Educação de São Luís/MA. E-mail: herik499@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-9184-0489>.



development of textbooks in Brazil. Subsequently, we will discuss the data on the distribution of textbooks in the state of Maranhão on the context of the PNLD. The second part will analyze the contents focused on the civil-military dictatorship in the textbooks *A Conquista da História* and *Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania*, in order to verify whether if the books follow the historiographical trends on the period. Finally, this paper will discuss the representation of dictatorships in Latin America on school textbooks.

Keywords: left-wing organizations; civil-military dictatorship; textbooks.

Introdução

O presente artigo visa discutir os apagamentos e omissões das organizações de esquerda nos livros didáticos analisados, partiu-se da hipótese de que há um déficit nos livros didáticos no que se refere às organizações contrárias à ditadura civil-militar brasileira, é comum que alguns livros da terceira série do Ensino Médio da rede pública tratem a oposição ao governo ditatorial reduzida ao partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB) sem citar as organizações de luta armada. Na análise serão usados livros da rede pública da disciplina de história e ciências humanas especificamente os conteúdos desses livros que tratem sobre os regimes autoritários do século XX.

O presente trabalho justifica-se pela importância que o livro didático tem para a construção da memória dos sujeitos sobre a história, principalmente no que se refere ao período de memórias traumáticas para os indivíduos que atuaram no processo de resistência frente à ditadura civil-militar brasileira. Será verificado se a atuação desses sujeitos nas organizações contrárias à ditadura é abordada no livro didático, em caso de ocorrer essa abordagem é importante destacar o seu viés.

Sabe-se que os diversos livros didáticos feitos por diversas editoras e conseqüentemente também diversos autores, compartilham abordagens diferentes sobre os mais amplos conteúdos de história, porém, analisa-se os livros que estiveram mais presentes nas escolas e também em sala de aula no Estado do Maranhão, e que alcançaram o maior número de alunos e professores: *A*



Conquista da História do 9º ano do ensino fundamental e o didático *Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania* do novo ensino médio.

| 187

A construção da memória a partir do livro didático na contemporaneidade tem suas especificidades com o advento das mídias digitais e da internet. O aluno tem sua construção de memória sobre determinado assunto histórico não exclusivamente em sala de aula, mas também de diversos outros meios, se eles são pautados cientificamente ou não, não cabe ao aluno ter a capacidade de discernir. Essa observação sobre a memória dos eventos históricos tem sua intensidade aumentada a partir do século XX principalmente ao final da Segunda Guerra Mundial no qual se desperta um apego ocidental pelo registro dos eventos (Almeida; Miranda, 2012), esses registros oficiais que posteriormente foram inseridos nos livros didáticos e em mídias digitais como documentários e filmes.

A pauta do livro didático é atrelada diretamente ao ensino, uma vez que as memórias agora registradas em fotografias, documentários e textos são apresentadas ao aluno por intermédio do professor, porém, o livro por si só estabelece o caminho a ser seguido pelo professor, não podendo o docente fugir completamente desse caminho.

A escola, e especialmente o ensino de História como campo de saber onde tais questões normalmente são atribuídas como de sua responsabilidade, é profundamente afetada pelos efeitos desse debate. Por um lado, a escola convive com uma profusão de narrativas produzidas no seu entorno, por parte de alunos, professores e comunidade, em diálogo com aquelas que são trazidas, com muita força, para o interior da sala de aula e revelam formas de explicar o mundo através daquilo que faz sentido para os sujeitos. Por outro lado, a escola convive com a reprodução de práticas de Memória comuns à sociedade (JEDLOWSKI, 2010) e que conduzem à permanência, no senso comum, de uma dada lógica de representação do passado. Há, ainda, os mecanismos de reatualização de costumes ou comemorações de eventos que reforçam os laços de pertencimento no interior de um grupo ou sociedade, o que, muitas vezes, é desencadeado pela própria escola. Enfim, **a escola é um lugar potencialmente atravessado por Memórias** (Almeida; Miranda, 2012, p. 264, grifo meu).



A análise de um livro que compõe o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) é de suma importância para compreender o que está sendo ensinado e que tipo de memória se constrói em sala de aula, assim como suas fragilidades. Neste sentido, cabe ressaltar que o livro dentro do PNLD é tratado também como mercadoria e para esses fins sabe-se que há uma adaptação do conteúdo para ser submetido aos editais do PNLD, influenciada pelo contexto político vigente. Sabe-se também que essa adaptação é ideológica e social e está ligada intrinsecamente aos moldes em que a sociedade se encontra, pode-se afirmar que o próprio PNLD, as editoras e os autores vêm participando dessas mudanças políticas e sociais

O livro didático de História, nesse contexto, assume lugar de grande relevância no ensino de História em nosso país, já que o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) situa-se entre os maiores programas de distribuição de livros didáticos do mundo, proporcionando, assim, profundos impactos no sistema de ensino e no mercado editorial brasileiro. Por este motivo, coube-nos pensar: como a distinção entre os campos de saber da Memória e da História é evidenciada e teorizada pelos autores no interior dos livros didáticos de História? (Almeida; Miranda, 2012, p. 264).

Deve-se destacar que os livros didáticos e sua relação e apropriação com e pelo professor de história também faz parte do processo de ensino-aprendizagem uma vez que o livro é manipulado pelo professor dentro e fora da aula em seus planejamentos, “instrumento indispensável, pois não há professor que nele não se apoie” (Abud, 1984, p. 84). Salienta-se que o livro didático, com foco na análise do conteúdo proposto, pode ser analisado de forma unilateral partindo da perspectiva de que o livro didático não só constrói o conhecimento histórico dos alunos e sua memória sobre o passado, mas também faz parte da formação dos professores que o utilizam, se constitui por si só, com significados e ideologias desconectados de seus usos e interpretações.

Os livros didáticos de história não constroem apenas a memória dos fatos, constroem também a imagem que os estudantes têm sobre si e sobre os outros povos (Villalta, 2001). Entende-se, portanto, que há necessidade de que cada



conteúdo presente no livro didático de história tenha a própria análise, uma vez que há uma construção de memória e imagem sobre determinado conteúdo abordado nas diferentes séries e modalidades de ensino no Brasil.

| 189

A ditadura civil-militar brasileira tem diversos desdobramentos dentro dos livros didáticos, ao fazer um levantamento geral é possível destacar que esses desdobramentos se dão pelos seguintes fatores: a) contexto político em que foi elaborado; b) autoria e editoração; c) surgimento de novas fontes e por último, d) o público para qual o livro será destinado. A exemplo do primeiro, podemos citar a proposta de mudança na abordagem do conteúdo sobre a ditadura nos livros didáticos em 2019. Relembremos que em 2019 o Brasil dava início ao seu período de um governo de extrema-direita no poder, que duraria até 2022, não coincidentemente um governo com um ex-militar na presidência.

Nos primeiros dias de abril de 2019, o então ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, afirmou em uma entrevista que haveria “mudanças progressivas” nos livros didáticos que tratam do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar para “resgatar uma versão da história mais ampla”. Na ocasião, indicou que “o que ocorreu em 31 de março de 1964 não foi um golpe, mas uma decisão soberana da sociedade brasileira [...]” e defendeu que “não foi uma ditadura, mas um regime democrático de força, porque era necessário naquele momento” (Gasparotto; Bauer, 2021, p. 438).

Neste sentido, o Ministério da Educação (MEC) nos últimos anos esteve à frente de propostas de mudanças significativas que influenciariam diretamente a construção do conhecimento histórico sobre o período através do livro didático, seguindo em direção ao ponto extremo do que era tratado nos governos anteriores. Há de se refletir que essas mudanças radicais de abordagens sofridas pelo conteúdo do passado recente aconteceram em outros momentos da história dos livros didáticos no Brasil, mas há de se destacar que a partir da segunda década do século XXI houve a necessidade desse conteúdo ser mais coerente possível, uma vez que o aluno já tem dúvidas sobre este período devido às influências externas à sala de aula, como as mídias digitais e grupos dedicados a “reescrever” a história, como o grupo Brasil Paralelo.



O conteúdo sobre ditadura civil-militar em particular teve bastante atenção nas últimas décadas, destacando a instauração da Comissão Nacional da Verdade e a ascensão da extrema-direita no Brasil, pode-se afirmar que a abordagem desse conteúdo continua em construção no livro didático de história e na memória da população brasileira. Dentro dos diversos assuntos inerentes ao período, destaca-se o tratamento homogêneo que as organizações da oposição que resistiram ao governo ditatorial tiveram no livro didático de história mesmo transitando por diversos contextos político. Portanto, a abordagem do período da ditadura civil-militar brasileira nos livros didáticos merece atenção, especificamente no que se refere às organizações que combateram o Estado de Terrorismo durante esse período, proposta que será abordada nas próximas seções deste capítulo.

Para isso analisou-se o livro *A Conquista da História*” de 2022 do Ensino Fundamental: anos finais e o livro do Ensino Médio *Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania* do PNLD 2021, ambos tiveram sua distribuição significativa no Estado do Maranhão segundo dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), A coleção *A Conquista da História* teve 163.487 unidades distribuídas em 2023 e o livro *Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania* teve 102.239 unidades distribuídas entre 2022 e 2023.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) no Estado do Maranhão a partir de 2016

O Programa Nacional do Livro Didático, como apontado acima, é uma política de Estado, conseqüentemente rege as entidades federativas do Brasil em que se insere o estado do Maranhão. A análise abaixo se refere aos dados quantitativos da distribuição de livros didáticos nos anos finais do Ensino Fundamental, comparando os dados com o número de escolas e de alunos beneficiados. Para tanto será considerado o ano de 2023, uma vez que os dados estatísticos referente ao ano de 2024 não estavam disponíveis para consulta



quando a pesquisa foi realizada no banco de dados do site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)¹.

| 191

A obtenção de dados não se reservou apenas aos dados estatísticos do FNDE, uma vez que o banco de dados disponibiliza apenas dados gerais do PNLD. Para a consulta individual da distribuição de livros didáticos nas escolas do Maranhão foram analisados os dados de distribuição dos livros didáticos disponíveis no Sistema do Material Didático (SIMAD) em duas modalidades, no Relatório Quantitativo de Livros² e na Seleção de Parâmetros para Consulta³, no primeiro é possível realizar a consulta informando apenas o programa e seu ano, no segundo é possível escolher a Unidade Federativa e o Município para consulta, também é possível especificar outros campos, porém, não são obrigatórios para a consulta.

Também será considerado que a Secretaria de Estado de Educação do Maranhão não dispõe dos dados de distribuição dos livros didáticos por escola e/ou disciplina dos últimos dez anos, os dados foram solicitados à SEDUC/MA, que respondeu através do Ofício nº 926/2024 - GAB/SEDUC, informando que “o sistema inviabiliza emissão de relatório, contendo quantitativo dos pedidos, uma vez que essa informação só é possível de ser visualizada pelo acesso do próprio gestor”.

[...] De ordem do Secretário de Estado da Educação e em resposta à solicitação de Vossa Senhoria, no que tange à distribuição de livros didáticos, a partir do PNLD, nas escolas do Maranhão, nos últimos dez anos, temos a informar o que segue:

O processo de escolha do material didático é realizado na escola pela comunidade escolar. Em seguida é encaminhada a Ata no sistema do PNLD Digital / PDDE Interativo, em conformidade

¹ Os dados citados estão disponíveis em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>.

Acesso em: 03/06/2024

² Sistema do Material Didático (SIMAD) – Distribuição: Relatório Quantitativo de Livros. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/distribuicaosimadnet/relatorioSumarizadoLivros>.

Acesso em: 03/06/2024.

³ Sistema do Material Didático (SIMAD) – Distribuição: Seleção de Parâmetros para Consulta. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/distribuicaosimadnet/confirmarCancelar>. Acesso em: 03/06/2024.



com as orientações e encaminhamentos do Programa Nacional do Livro e do Material Didático/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. A entrega/distribuição de todo material escolhido é realizada, diretamente, no endereço da escola.

A Secretaria de Estado da Educação do Maranhão, seguindo o Decreto nº 9099 de 18/07/2017, optou pelo modelo de escolha unificado, em todos os níveis de ensino, em razão da facilidade de logística, quando houver a necessidade, por parte da rede, ou dos responsáveis, de transferência de estudante para outro Centro de Ensino, o que permite a sequência dos estudos com os mesmos livros da instituição da Rede Estadual de Ensino anterior, aprimoramento nos processos referentes à gestão de controle de entrega e recebimento dos Livros Didáticos, no início e final de cada ano letivo, bem como facilidade de remanejamento dos livros entre escolas da Rede, destacando que essas instituições poderão encaminhar exemplares excedentes para outras que estejam precisando, já que todas utilizam os mesmos títulos.

A Supervisão de Espaços e Recursos Pedagógicos através da Assessoria de Biblioteca/Coordenação Estadual do Livro Didático, faz gestão do sistema, no sentido de validar as escolhas e/ou distribuir os quantitativos de acordo com as quantidades disponíveis, bem como acompanha todo o processo seguindo as orientações do FNDE. **O sistema inviabiliza emissão de relatório, contendo quantitativo dos pedidos**, uma vez que essa informação só é possível de ser visualizada pelo acesso do próprio gestor [...] (Secretaria de Estado de Educação, 2024, grifo meu).

Portanto, em decorrência da ausência de dados disponíveis na Secretaria de Estado de Educação do Estado do Maranhão, referentes à distribuição de livros didáticos através do PNLD dos últimos dez anos, serão considerados para análise os dados disponibilizados nas plataformas do FNDE para os anos finais do Ensino Fundamental no PNLD 2023.

Os dados em destaque serão postos para compreensão do alcance do PNLD, partindo-se, assim, da hipótese de que o elevado quantitativo de livros didáticos distribuídos nas escolas do Maranhão não implica na qualidade do ensino, levando-se em conta a perspectiva macro, isto é, de todas as disciplinas dos livros didáticos, e a micro, ou seja, da disciplina específica de história, neste caso além dos dados quantitativos serão julgados os conteúdos abordados. De



acordo com os dados estatísticos do FNDE referente ao PNLD 2023, o Maranhão é o quarto estado com maior número de escolas dos anos finais atendidas pelo programa, totalizando 3.389 escolas, ficando atrás apenas de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Tabela 1 - Escolas atendidas pelo PNLD 2023 por Unidade Federativa

UF	QTDE ESCOLA
SP	5.453
MG	4.329
RS	4.062
MA	3.839

Fonte: Dados Estatísticos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação.

Porém, ao considerar a quantidade de alunos matriculados nas escolas, o Maranhão decai para a 8ª posição, com 475.425 alunos:

Tabela 2 - Alunos matriculados por escola e Unidade Federativa

UF	QTDE ESCOLA	QTDE ALUNO
SP	5.453	1.891.011
MG	4.329	1.000.801
BA	3.195	761.276
RJ	2.099	617.486
PA	3.565	569.255
PR	1.914	519.680



RS	4.062	492.679
MA	3.839	475.425

Fonte: Dados Estatísticos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

Diante dos dados expostos, conclui-se que o número de escolas no Estado do Maranhão é maior do que os de outras Unidades Federativas. Conseqüentemente o Estado do Maranhão ocupa posição frente aos outros estados referentes à quantidade de exemplares adquiridos para os anos finais do Ensino Fundamental pelo PNLN em 2023, totalizando 758.048 de exemplares que custaram R\$ 8.952.229,00.

Em 2023 o Maranhão foi a 5ª Unidade Federativa que mais recebeu os exemplares citados acima.

Tabela 3 - Distribuição de exemplares e valor literário por Unidade Federativa

UF	QTDE EXEMPLARES	VALOR LITERÁRIO
SP	2.214.494	30.249.501
BA	1.237.014	14.490.293,44
MG	1.174.269	17.446.911,13
PA	906.077	11.155.429
MA	758.048	8.952.229

Fonte: Dados Estatísticos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

Cabe destacar que os dados disponíveis acima se referem à distribuição total no estado do Maranhão, não fazendo distinção entre quais foram direcionados pela esfera Federal, Estadual e Municipal.



Para a escolha dos livros didáticos que serão analisados foram eleitas duas obras referentes à disciplina de história: 1) *Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania*, Cód. 0214P21204138I004C, da Editora FTD, escrita por Alfredo Boulos Júnior, Edilson Adão e Laercio Furquim Jr. Para a escolha da obra considerou-se que teve o maior quantitativo de distribuição no Ensino Médio do Maranhão em 2023, conforme dados do SIMAD, e por contar com capítulos que remontam ao assunto abordado neste trabalho, a ditadura civil-militar brasileira e “as experiências autoritárias na América Latina”. 2) *A Conquista da História*, da Editora FTD, escrita por Gislane Azevedo, Leandro Calbente e Reinaldo Seriacopi. Para a escolha da obra também foi considerada a sua quantidade superior de distribuição nos anos finais do Ensino Fundamental no Maranhão em 2023, conforme dados disponíveis do SIMAD e sua relação com a abordagem da história contemporânea da América Latina.

Os relatórios disponibilizados pela plataforma SIMAD são meramente quantitativos nos quais levam-se em conta também as obras literárias e não somente as didáticas. O último relatório do FNDE no qual era possível fazer as distinções por títulos foi disponibilizado referente somente ao PNLD de 2020⁴, nos anos seguintes não há disponibilidade de relatórios nesses moldes. Considerando o acima exposto, a separação de obras didáticas das literárias dos relatórios gerados pelo SIMAD foi realizada manualmente.

O livro didático *A Conquista da História*, direcionado ao nono ano do Ensino Fundamental, foi escrito por Gislane Campos Azevedo Seriacopi (Mestra em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)), Leandro Calbente Câmara (Bacharel em História e Filosofia e Mestre em Ciências (História Econômica), ambas pela Universidade de São Paulo, e Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)) e Reinaldo Seriacopi (Bacharel em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) e editor

⁴ Os dados citados podem ser verificados no relatório de Valor de Aquisição por Título – Ensino Fundamental – Anos Finais. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em: 12/06/2024.

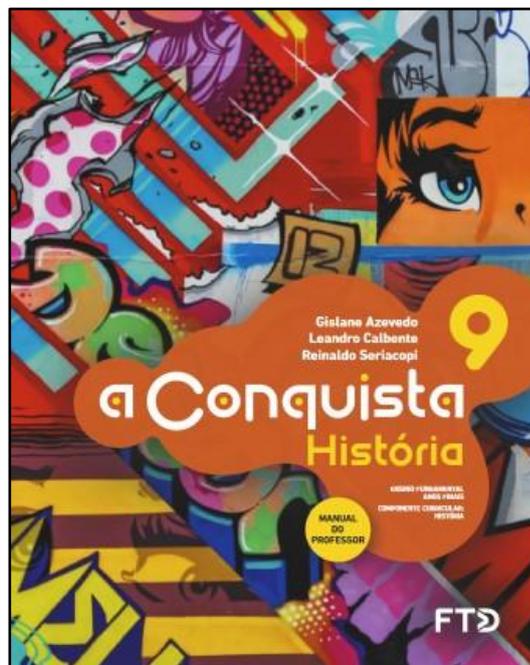


especializado na área de História). As informações sobre os autores constam na contracapa do manual do professor referente ao livro didático analisado.

| 196

Considerando que não foi possível localizar o livro didático impresso em sua versão para o aluno, para esta análise levou-se em conta o manual do professor de história referente ao livro *A Conquista da História* na sua versão digital, que em partes enriqueceu a análise por refletir sobre os conteúdos direcionados aos alunos e ao professor e relacionar os conteúdos trabalhados nas unidades com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Imagem 1 - Capa do livro *A Conquista da História*



Fonte: Editora FTD

A concepção do manual do professor corrobora com o que vem sendo adotado pelo PNL D a pelo menos vinte anos, no qual estabelece que “os manuais devem apresentar os pressupostos teóricos e metodológicos da obra e servir como uma ferramenta auxiliar à reflexão e prática docentes” (Silva, 2012, p. 803), porém, a proposta do manual e sua relação com o professor de história pode ser



interpretada como forma de moldar não só os conteúdos trabalhados em sala de aula, mas também a abordagem teórica e metodológica feita pelo professor.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) está presente em toda obra, não coincidentemente é uma exigência dos Editais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), nas páginas do manual é possível constatar que todas as Competências Gerais, as Competências Específicas de Ciências Humanas e as Competências Específicas de História estão presentes nas páginas do livro destacados em boxes para os professores. Portanto, é possível verificar como a BNCC é um instrumento decisivo para o norteamento de uma obra didática, quaisquer alterações na atual construção do livro didático, deve, antes do PNLD, verificar as imbricações que a BNCC tem com o livro didático.

A BNCC não só estabelece a direção para a elaboração do livro didático, mas também consta no manual do professor como guia para as atividades teóricas e metodológicas para o ensino em sala de aula, conduzindo o conteúdo de história e a aula expositiva do docente, que em parte produz “prós” e contras para esse enquadramento. A BNCC, apesar de sua construção contribuir com avanços para a disciplina de história – como o rompimento com o positivismo e com o eurocentrismo, tornou-se um limitador para a produção do livro didático de história a partir da sua relação com os Editais do PNLD, engessando, conseqüentemente, o docente em sala de aula a partir da construção dos manuais desses livros.

Para Oliveira e Caimi (2021, p. 3) o MEC – responsável pela elaboração da BNCC – em uma propaganda publicada em 2017 logo após a homologação do documento, demonstrou o “quão distante” está da “escola real”. Por conseguinte, mesmo com o discurso que a BNCC é “sugestivo” e não obrigatório, a narrativa homogeneizadora da educação básica no Brasil sugere “a ideia de obrigatoriedade da BNCC” (p. 3).

Apesar disto, a primeira versão da BNCC para a disciplina de história, em 2015, trouxe parâmetros essenciais (comissão específica para a área, distanciamento do positivismo e da história eurocêntrica) para o aumento da



qualidade do ensino como citado anteriormente, ocorre que, assim como o PNLD, a BNCC é resultado da política do governo vigente a época de sua revisão. Ralejo (2021) destaca alterações significativas no documento entre 2016 e 2017, período de transição do governo federal:

[...] com o desdobramento dos intensos debates gerados na primeira versão da BNCC, o Ministério da Educação (MEC) dissolveu a equipe dos doze profissionais que desenvolveram sua primeira versão para a disciplina de História, convidando, então, uma nova comissão integrada por membros, predominantemente, de uma única instituição superior. Essa foi apresentada ao público em maio de 2016, com uma seleção de conteúdos abrangentes, dando forma a um currículo mais conteudista que o anterior e apresentando o desenvolvimento de história do Brasil a partir de um viés eurocêntrico. Já a terceira versão da BNCC, para a disciplina escolar de História, foi apresentada em abril de 2017 e homologada em dezembro do mesmo ano, contendo poucas alterações. Essa versão lançou mão do conceito de competências, que fazia parte dos movimentos reformistas da década de 1990 e internalizado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Médio (Ralejo *et al*, 2021, p. 3).

O manual do professor conta com amplo repertório no que se refere à Base Nacional Comum Curricular, aos PCNs e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96), para tanto a relação entre o manual do professor e o livro didático do aluno com a legislação vigente não faz parte desta análise, suas citações apresentam-se apenas quando essas repercutiram junto ao objeto da pesquisa. Cabe destacar que os Pressupostos Teóricos (p. XX) e a Metodologia da Coleção (p. XLII), presentes no manual do professor, serão analisados conjuntamente com a parte direcionada aos alunos, por conseguinte os conteúdos relacionados ao recorte temporal deste trabalho, o século XX, dialogarão com os capítulos mencionados do manual do professor na última seção deste capítulo.

Conclui-se que o manual contém ampla seleção de orientações para o docente, que podem enriquecer as aulas de história, mas também podem engessar a atividade docente e tornar o professor um refém do seu manual, não obstante, as discussões em torno do manual do professor carecem ainda de pesquisas específicas. Para tanto, a análise do manual do professor do livro *A Conquista da História*, do nono ano do Ensino Fundamental, possibilitou verificar as imbricações que a BNCC e o PNLD têm não só no conteúdo, mas



também na teoria e prática do ensino de história, possibilitou, ainda, explorar as características do livro didático e de sua construção. Portanto, ao analisar o livro do aluno, após a análise do livro *Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania*, focaremos na abordagem do conteúdo relacionado à contemporaneidade, especificamente aos regimes totalitários do século XX.

O livro didático *Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania* destinado ao último ano do Ensino Médio, foi escrito por Alfredo Boulos Júnior (Doutor em Educação (área de concentração: História Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)), Edilson Adão Cândido da Silva (Mestre em Ciências (área de concentração: Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (USP)) e Laercio Furquim Júnior (Mestre em Ciências (área de concentração: Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (USP)), conforme consta no livro didático na época em que foi elaborado. Cabe aqui destacar um dos aspectos problematizados acima ao se tratar do PNLD, que é a escrita de coleções de livros didáticos por autores não especializados em todas as disciplinas da área de ciências humanas, no caso do livro de ciências humanas e sociais aplicadas constam apenas autores das áreas de história e geografia.

A não obrigatoriedade da especificação na área dos autores de livros didático nos Editais do PNLD sempre foi objeto de discussão, referindo-se à disciplina de história, a maioria dos autores do Ensino Fundamental não eram formados em história, destacando-se a presença majoritária de pedagogos e/ou profissionais da educação na escrita desses livros didáticos, porém, o agravamento da questão ocorreu após a implementação do novo Ensino Médio, e a partir do PNLD 2021, em que a distribuição de livros por disciplina foi encerrada dando lugar às coleções por áreas de conhecimento, nas quais os conteúdos de história foram inseridos na área das ciências humanas e sociais aplicadas.

A Lei nº. 13.415 (reforma do Ensino Médio) fez alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): apenas matemática, língua portuguesa e inglês passaram a ser disciplinas obrigatórias em todos os anos do

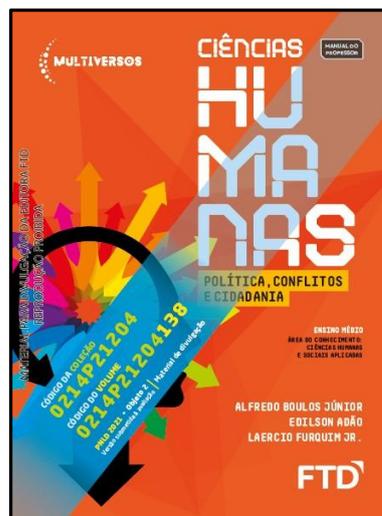


Ensino Médio. Desta forma, as disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia passaram a ser ofertadas no itinerário formativo de Ciências Humanas, conseqüentemente, a partir do PNLD de 2021, os livros do Ensino Médio também foram ofertados por área de conhecimento, ficando a cargo das editoras definirem novamente seus autores que se enquadrassem na grande área do conhecimento à qual o livro didático seria destinado, como é o caso do objeto analisado nesta seção.

Para a análise foi usada a versão virtual do manual do professor que contempla em seu conteúdo o livro usado pelos alunos, a versão do manual didático foi localizada no site da Editora FTD no qual é possível localizar todos os livros da coleção “Multiversos Ciências Humanas”.

O livro didático, após a capa, apresenta ao leitor os autores do livro e suas respectivas formações, cabe destacar que os autores têm larga experiência com a produção de livros didáticos e com a referida editora, Alfredo Boulos Júnior, também foi autor do livro de história mais distribuído do PNLD 2020, tornando a coleção “História – Sociedade & Cidadania” objeto de diversas análises.

Imagem 2 - Capa do livro Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania



Fonte: Editora FTD



Pontua-se que, no volume 6 da versão analisada da coleção, os conteúdos se direcionam para o objeto do presente trabalho, portanto, não teremos contato nesta análise com os elementos gráficos que apresentam a coleção ao professor e o relacionam com a BNCC os PCN's. Neste, após a apresentação da obra pelos autores, há os elementos gráficos do livro destinados para conhecimento dos alunos, com exceção dos boxes que destacam as competências e habilidades da BNCC nas páginas, que são de interesse dos docentes. Além dos boxes os capítulos contam com seções específicas que visam revisar o conteúdo e relacioná-los com a contemporaneidade.

Os boxes referentes às competências e habilidades da BNCC estão presente na primeira página de cada unidade do livro, informando aos professores quais serão trabalhadas com maior ênfase ao decorrer da unidade (Júnior, *et al.*, 2021, [s.p]). Na mesma página está presente o texto que aborda o tema principal a ser trabalhado em toda unidade, sendo possível verificar a presença de imagens referentes ao tema trabalhado que, através de questões discursivas, são postas em debate junto aos alunos. A proposta visa mostrar as possibilidades do uso de imagens e fotografias como documento histórico, aproximando assim os alunos da pesquisa histórica e os desvinculando da ideia do uso exclusivo de documentos oficiais na historiografia. Além disso, as fotografias e imagens visam relacionar temas do contexto social do aluno com os conteúdos abordados no livro.

As propostas das seções têm intuito de cumprir as exigências do Edital do PNLD, porém, é perceptível que algumas das propostas não são palpáveis quando se leva em consideração as escolas públicas para a qual são destinadas, principalmente quando se faz alusão a qualquer método que envolve tecnologias digitais, por não haver estrutura para que sejam desenvolvidas. Retorna-se, assim, a outro problema do Edital do PNLD, propostas bem elaboradas teoricamente que destoam da realidade do ensino público no Brasil.

O livro didático *Ciências Humanas: Conflitos, Política e Cidadania* é dividido em duas unidades com três capítulos cada. A primeira unidade intitulada “Autoritarismo e demandas na América Latina” que cronologicamente aborda



eventos históricos até o século XX, enquanto a segunda unidade “Conjuntura internacional e realidade brasileira” é organizada para que o foco seja a história do tempo presente, relacionando-se com eventos de outras datas.

| 202

Desta forma, o livro destinado ao Ensino Médio carrega propostas relacionadas principalmente ao Brasil e à América Latina e à sua contextualização dentro de uma história global. É importante destacar que as pautas sobre Direitos Humanos e Ditaduras na América Latina são discutidas no livro didático e serão debatidas na próxima seção a partir dos mesmos critérios abordados no livro didático do nono ano *A Conquista da História*.

A relação entre memória e passado sobre as Ditaduras na América Latina no livro didático

A história ensinada tem um papel importante na formação da memória histórica daqueles que a recebem. O livro didático segue sendo o principal artifício da veiculação textual desta e responsável pela continuidade do conhecimento histórico daqueles que não estão mais no ambiente escolar. Portanto, analisar determinado conteúdo histórico em diferentes livros didáticos é pensar que as narrativas ali presentes foram e/ou serão fundamentais para a percepção de fatos contemporâneos dos indivíduos que os consumiram, tendo como eixo de reflexão a forma como os consumiram.

Para a análise dos conteúdos referentes às ditaduras do século XX serão considerados os elementos textuais do livro didáticos em questão, as possíveis explicações do professor, e os fatores limitadores agregados a todos esses elementos. A abordagem dos autores será um fator passivo na análise por dois motivos, por entender que os livros passam por uma equipe editorial sendo o produto final distinto do original (aqueles escritos somente pelos autores) e por pensar que ambas as obras têm um fim mercadológico e seguem os Editais do PNLD, não podendo os autores e suas equipes editoriais se distanciarem das exigências presentes no documento.



Trata-se de um estudo sobre as narrativas presentes nos livros didáticos e suas aspirações com as tendências historiografias, repercussões de vícios, uso de conceitos, revisão de fontes, revisionismo historiográfico e omissões. Assim, a produção recente das obras foi um dos fatores decisivos para a sua escolha, uma vez que foram produzidas frente à Comissão Nacional da Verdade e à Lei de Acesso à Informação.

As narrativas sobre a ditadura civil-militar brasileira presentes nos livros didáticos atuam de formas distintas, a depender do aluno que faz a sua leitura, para uns as narrativas ali presentes terão suas ideias em suas totalidades absorvidas, levando em consideração suas próprias interpretações e leitura do texto integral, enquanto outros alunos, como discutiu Helenice Rocha (2017) terão a mediação do professor, funcionando como limitador do texto original “estabelecendo limites pretendidos da leitura dos alunos” (Rocha, 2017, p. 24). Diante disto, será considerado o texto em sua integridade para análise, por entender que as mediações dos docentes no sentido do funcionamento como limitador tem maior incidência do que as interpretações diversas que o texto pode ter a partir de sua leitura.

No livro do aluno *A Conquista da História* do nono ano, discutiremos a seção “De Jango ao Golpe de 1964” do capítulo 5 na unidade 3, assim como o capítulo 8 presente na unidade 4, intitulado “As Ditaduras na América Latina”. A cronologia escolhida, apesar de pôr a história do Brasil no âmbito da história global, pesa em deixar eventos históricos cronologicamente próximos na história do Brasil distantes no material didático:

Capítulo 1: A Proclamação da República

Capítulo 2: A Primeira República

Capítulo 3: Primeira Guerra Mundial e Revolução Russa

Capítulo 4: O totalitarismo e a Segunda Guerra Mundial

Capítulo 5: Da revolução de 1930 à ditadura civil-militar

Capítulo 6: A Guerra Fria e a expansão do socialismo



Capítulo 7: África e Ásia lutam pela independência

Capítulo 8: As ditaduras na América Latina

Capítulo 9: O fim da Guerra Fria e o Mundo Contemporâneo

Capítulo 10: O Brasil no século XXI

No livro didático o governo João Goulart e o golpe de 1964 são apresentados ao leitor no capítulo 5, ainda assim, o conteúdo referente ao próprio conceito de ditadura-militar que intitula o capítulo, é abordado somente três capítulos depois, no capítulo 8, que trata especificamente do período ditatorial brasileiro e nos países da América Latina, desde o golpe de 1964 até a promulgação da nova constituição em 1988. Porém, é no capítulo 10 que se adentra às conjunturas do processo que levou à abertura da democracia em 1985. Tal organização pode dificultar o entendimento do aluno, que deve revisar capítulos que foram trabalhados em uma larga distância temporal ou levá-lo a estudar conteúdos considerados concluídos, deve-se também destacar que há informações importantes sobre o mesmo período que são omitidas em cada capítulo citado. Por exemplo, no primeiro contato em que o aluno tem com o termo ditadura civil-militar, no capítulo 5, não há explicação do conceito em questão, que deveria ser considerado por conta do peso que carrega dentro da historiografia e de sua relação inerente ao período do golpe de 1964, sendo abordado somente no capítulo 8.

O primeiro texto que trata do pré-golpe carrega o título “De Jango ao Golpe de 1964”, com foco nas eleições de 1960 e na renúncia de Jânio Quadros, além de tratar do surgimento da figura de João Goulart. O texto enfrenta dois problemas: a) o processo de renúncia de Jânio Quadros, limitado a “após enfrentar grande instabilidade interna, Jânio renunciou ao cargo sete meses depois” (Azevedo, *et al.*, 2017, p. 153), e b) a falta de explicação para o leitor de como um presidente e seu vice tinham convicções políticas tão distintas, isto é, não consta no texto ou nas orientações para o professor, a explicação sobre o funcionamento das eleições na época em que presidente e vice-presidente eram eleitos em chapas diferentes.



As instituições e grupos que atuaram nesse período são apresentadas em macroestruturas, setores políticos, militares, elites, trabalhadores, o que faz com que o leitor se incline a homogeneizar esses grupos, deixando para o leitor uma lacuna de quem eram os indivíduos membros dessas. A narrativa em dado momento mescla-se com a compreensão dos acontecimentos, como nos lembra Ricoeur (1994), “A obra narrativa é um convite a ver nossa *práxis* como... ela é ordenada por esta ou aquela intriga articulada na nossa literatura” (p. 126).

A relação entre João Goulart e as organizações de esquerda é uma incógnita no texto, é citado que havia desconfianças que Jango estava associado ao comunismo, porém, os fatos apresentados para comprovação desse fato foi apenas sua viagem à China (Azevedo, *et al.*, 2017, p. 153), não obstante, as reformas de base e as lutas dos trabalhadores mencionadas no texto para as quais Jango deu atenção, não são relacionadas aos grupos de esquerda aos quais pertenciam.

No contexto global, não há quaisquer menções à guerra fria, à luta anticomunista que ocorria no ocidente, ao financiamento dos Estados Unidos no Brasil e aos treinamentos de militares que já ocorriam na época do pré-golpe. Pelo menos desde 1960, já era possível verificar protestos da União Nacional dos Estudantes (UNE) contra acordos envolvendo os Estados Unidos e a educação no Brasil, essa vinculação será mencionada somente no capítulo 8.

O leitor é apresentado às reformas de base propostas por Jango, o que chama atenção no texto é o lapso temporal entre a implementação do parlamentarismo em 1961 e o plebiscito em 1963, deixando de lado fatos importantes e significativos que ocorreram nesses dois anos, como a relação frágil do Congresso e dos setores militares com João Goulart. Ao abordar o plebiscito de 1963 o texto diz que “em 1963, foi convocado o plebiscito para decidir se o regime parlamentarista deveria continuar ou se o Brasil deveria voltar ao presidencialismo.” (Azevedo, *et al.*, 2017, p. 154), deixando vago sobre quem o convocou, em que circunstâncias ocorreu e, principalmente, qual foi a repercussão da convocação do plebiscito no congresso.



Os autores indicam que após a escolha do presidencialismo, Jango saiu “fortalecido”, porém sabe-se que Jango não conseguia equilibrar o jogo político em 1963, a própria convocação do plebiscito foi considerada por alguns como tentativa de golpe, apesar de não ter sido. Para Fico (2017) “Goulart jogou pesado”.

A consolidação do golpe em 31 de março de 1964 se faz presente em uma página compartilhada com uma fotografia, a efetivação do golpe é resumida em quatro breves parágrafos, é posto em debate o uso do termo “revolução” pelos militares com a explicação para os alunos dos motivos de não ser o termo correto para o evento, chama a atenção, ainda, à tentativa de explicar o conceito de “ditadura civil-militar”, “No entanto, é preciso lembrar que o golpe foi conduzido pelas elites político-econômicas do país [...]” (Azevedo, *et al.*, 2017, p. 155), que apesar do texto em outros momentos citar os proprietários de terra que eram contra a reforma agrária e as empresas multinacionais contrárias à nacionalização das empresas, falta explicação de como as elites econômicas de fato atuaram para consolidação do golpe.

É necessário apresentar ao leitor a explicação de conceitos caros à historiografia, principalmente aqueles que dependem do contexto histórico em que estão sendo citados, esquerda, comunismo, revolução e golpe, todos esses termos carregam conceitos distintos da contemporaneidade e podem ser facilmente confundidos com a atualidade, para Helenice Rocha

Sua definição contribui para que consideremos o desafio de ensinar história a alunos que ainda estão constituindo sua compreensão sobre o mundo social em sua discursividade e historicidade. O “político”, por exemplo, que muitas vezes é traduzido como corrupto a partir da bagagem experiencial dos alunos, precisa ser problematizado e historicizado, para que se perceba sua filiação a ideias e correntes ideológicas. Esquerda, direita, comunistas, comunismo, conservadores, Forças Armadas, são categorias que organizam os elementos presentes no mundo social ou natural. Não estão dados nesse mundo (Rocha, 2017, p. 256-257).

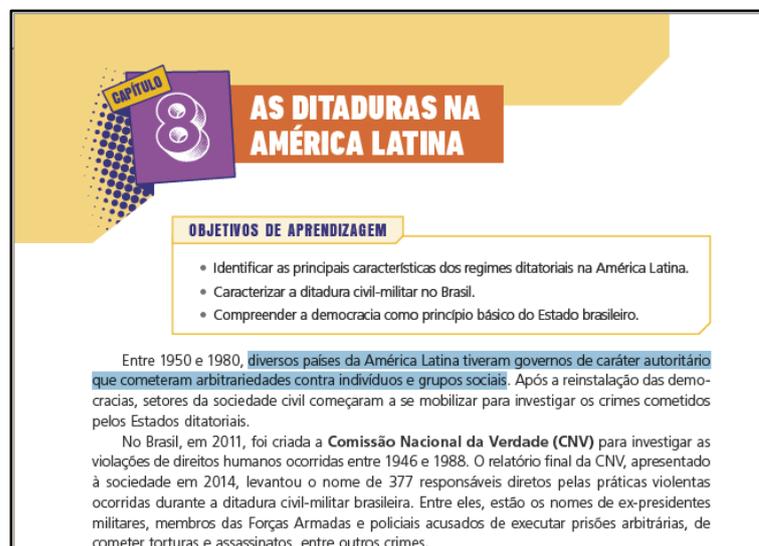


A efetivação do golpe de 1964 encerra no capítulo a abordagem da ditadura civil-militar brasileira, com as diversas lacunas apontadas acima. Cabe ainda ressaltar que a Guerra Fria, período em que ocorre paralelamente ao golpe de 1964, tema importante para compreensão das ideologias do capitalismo, comunismo e socialismo, é abordado no capítulo seguinte.

O próximo capítulo a tratar do período ditatorial do Brasil e na América Latina que será o foco nas próximas linhas, é o capítulo 8 intitulado “As Ditaduras na América Latina”.

No texto introdutório do capítulo consta que a cronologia dos eventos escolhida irá de 1950 a 1980, abrangendo não só o Brasil mas os “diversos países da América Latina” (Azevedo *et al.*, 2017, p. 210) não especificando no texto a quais países estão se referindo, há citação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) mas não há quaisquer citações no texto à Lei de Anistia que será abordada ao final do capítulo, crucial para o entendimento dos crimes cometidos no período da ditadura no Brasil.

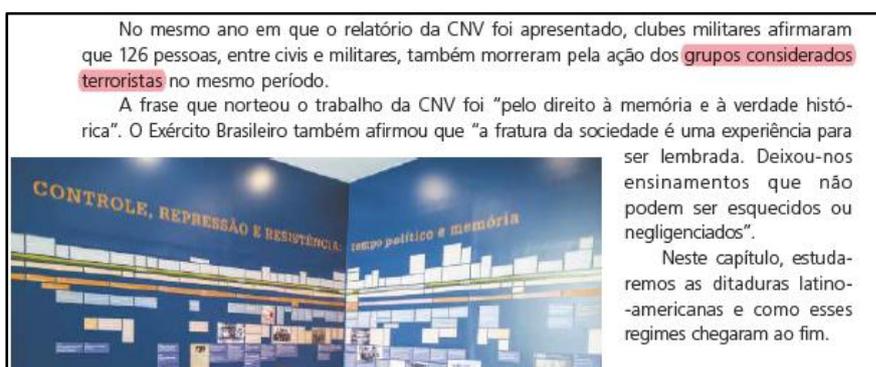
Imagem 3 - Capítulo 8: As ditaduras na América Latina



Fonte: Editora FTD

Pode-se verificar que as organizações contrárias à ditadura, nesse primeiro momento, são nomeadas como “grupos considerados terroristas”. Para os autores “Neste capítulo, estudaremos as ditaduras latino-americanas e como esses regimes chegaram ao fim” (Azevedo *et al.*, 2017, p. 210).

Imagem 4 - Nomenclatura usada no livro sobre os grupos de resistência



Fonte: Editora FTD

A discussão em torno do conceito de “ditadura civil-militar” está presente na primeira parte do texto específico, no qual se explica as diferenças entre ditadura, ditadura militar, e ditadura civil-militar, contudo, o texto novamente não especifica a quais regimes ditatoriais podemos associar cada um dos conceitos, para os autores “Na América Latina, entre os anos de 1950 e 1980, diversas ditaduras, tiveram também a participação de civis, como empresários, políticos, policiais e outros setores da sociedade que apoiavam ativamente os regimes” (Azevedo *et al.*, 2017, p. 211).

A inserção da América Latina no contexto global tem seu espaço, especificamente no pós-guerra e na guerra fria, nesta conjuntura, destaca-se a ênfase que os autores dão para a influência dos Estados Unidos nos países da América Latina e sua relação direta com as políticas de combate ao comunismo, como treinamentos realizados pelos Estados Unidos e com a modernização dos militares nesses países.



No debate do capítulo é inserida a União Nacional dos Estudantes (UNE) a partir de uma fotografia de um cartaz em protesto contra a influência dos Estados Unidos na Educação Brasileira, porém, não há espaço para discussão do que foi a UNE no contexto da ditadura civil-militar brasileira. A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) está presente na fotografia “UNE, UBES, We like Fidel Castro” ao lado do texto em questão, porém, não há explicação sobre o que são as duas instituições.

Sabe-se que ambas foram importantes para a resistência contra o Estado de Terrorismo e que a formação das organizações de luta armada no Brasil contou com dissidentes da UNE. Além disso, a UNE participou do processo de formação de diversas organizações no pré-golpe, assim como, junto com o PCB, apoiou João Goulart nas eleições de 1961.

Retornando ao início do capítulo, a UNE ainda está enquadrada em “grupos considerados terroristas” (Azevedo *et al.*, 2017, p. 211), uma vez que não foi posto no texto quem eram esses grupos, dando a entender que se tratava dos grupos de oposição, além de não ser esclarecido ao leitor qual a parte das instituições citadas consideravam esses grupos subversivos.

A participação dos Estados Unidos no pré-golpe, antes apagada no capítulo 5, é destacada no capítulo 8. A influência da potência capitalista é estendida a outros países da América Latina – Cuba, Guatemala e Paraguai – com recorte de 1948 a 1976, da criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) ao período em que “boa parte da América do Sul estava tomada por regimes ditatoriais” (Azevedo, *et al.*, 2017, p. 212).

A seção seguinte “Características gerais das ditaduras latino-americanas”, como o título sugere, tenta estabelecer eixos comuns entre esses regimes. Além dos países citados acima são inseridos no debate os casos das ditaduras da Argentina e do Chile. A seção, apesar de na sua proposta destacar assuntos sensíveis como a violência, torturas e desaparecimentos nesses países, de certa forma homogeneiza os eventos históricos o que leva o aluno a entender que os acontecimentos aconteceram da mesma forma, durante e no pós-ditaduras. Há



dois problemas principais a serem destacados nesse modo de narrar a história em um livro didático: o primeiro está relacionado à interpretação do texto que esses eventos ocorreram em recortes temporais simultâneos; o segundo, a atribuição de efeito e causa relacionados a esses eventos resultando no equívoco do aluno em acreditar que os países lidaram da mesma forma com os regimes durante e depois deles.

Os autores do livro didático atribuem características gerais às ditaduras latino-americanas, no âmbito da repressão,

As ditaduras latino-americanas foram marcadas pelo intenso uso da violência e da repressão contra todos os grupos considerados uma ameaça aos interesses dos Estados Unidos e das elites nacionais [...] O uso de técnicas de tortura e de assassinatos foi comum nos regimes ditatoriais (Azevedo, *et al.*, 2017, p. 213).

Na economia “Os regimes autoritários aproveitaram seus amplos poderes para realizar reformas econômicas. Para isso, promoveram a abertura das economias nacionais ao capital internacional e recorreram a investimentos e empréstimos internacionais” (Azevedo et al., 2017, p. 213). Neste sentido, destaca-se a preocupação dos autores em informar ao aluno que essas “reformas econômicas” foram extremamente prejudiciais para a economia desses países a longo prazo e ainda reverberam na contemporaneidade, contribuindo para a desigualdade social no continente sul-americano.

Para esclarecer a questão da cronologia das ditaduras, é posto ao aluno um infográfico com o mapa da América do Sul no qual consta as datas das implantações dos regimes com fotografias e imagens que representam esses períodos junto ao resumo de como ocorreram os golpes de estado que vieram a culminar nas ditaduras no Paraguai (1954-1989), Uruguai (1973-1985), Peru (1968-1980), Bolívia (1964-1982), Brasil (1964-1985), Chile (1973-1990) e Argentina (1966-1983).

Balestra (2016), ao comparar as ditaduras implantadas no Brasil e na Argentina, constatou que a memória sobre os períodos esteve relacionada com os modos distintos que os países lidaram com a abertura para a democracia, com as



narrativas sobre os períodos e, principalmente, se houve punição dos responsáveis por implantar e manter o Estado de Terrorismo.

| 211

Do mesmo modo que a história, as políticas de memória e reparação também se distinguem nos dois países. Na Argentina, desde o início do processo de redemocratização, cerca de 515 pessoas foram condenadas pelos crimes cometidos durante o período, partindo-se da premissa de que os crimes de tortura são imprescritíveis e não passíveis de anistia. Além disso, houve um pedido de perdão público e formal pelo Estado, na figura do presidente da República Néstor Kirchner, em relação aos crimes cometidos no período. Organizações vinculadas à luta pelos Direitos Humanos tiveram um papel fundamental nesse processo, na defesa da memória dos desaparecidos e na luta contra a impunidade.

No Brasil, ainda prevalece a lógica do esquecimento. Não o esquecimento voluntário, relacionado à necessidade individual ou coletiva de seguir adiante, mas o esquecimento induzido, o *silenciamento* (CAVÍGLIA *apud* BAUER, 2011, p. 223), já que no país o processo de transição para a democracia foi totalmente controlado pelos militares. Ninguém foi punido até o momento, o acesso à documentação militar começou a ser permitido apenas em 2012, com a instalação da “Comissão Nacional da Verdade” (CNV), e ainda cabe aos familiares das vítimas do regime o ônus de provar a responsabilidade do Estado nas mortes e nos desaparecimentos (BAUER, 2011, p. 38) (Balestra, 2016, p. 252).

Portanto, as especificidades de cada regime devem ser tratadas nos livros didáticos para que se evite igualar esses eventos históricos pelo simples fato de ocorrerem no mesmo espaço geográfico. Cabe ainda destacar que o ensino de história foi responsável pela forma que a memória histórica sobre esses acontecimentos foi construída no Brasil e na Argentina.

No Brasil, o passado ditatorial está em constante disputa de narrativas, arrisco dizer que nenhum evento histórico sofreu tanto essas disputas quanto as que se referem à ditadura civil-militar brasileira. Pondera-se que essas disputas não ocorrem somente nos documentos ou nos debates dentro das universidades, o debate acerca desse passado recente é público e constante, o que leva ao questionamento: as narrativas presentes nos livros didáticos sobre o período dão conta de combater as narrativas contrárias? Para Gasparotto e Bauer (2021):

é inegável que, nos últimos anos, tenha havido algumas modificações nessas narrativas apologéticas e negacionistas devido a fenômenos interligados entre si, como a web 2.0, as *fake News* e a pós-verdade, que fizeram com que essas versões tivessem uma difusão e um impacto sem precedentes devido à amplitude e à velocidade do alcance (Gasparotto; Bauer, 2021, p. 441).

Na seção “A Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-195)”, que trata somente do período ditatorial no Brasil, ocorre o primeiro contato com as organizações contrárias à ditadura ao abordar “Os anos de chumbo (1969-1978)”. Essas organizações são intituladas primeiramente de “grupos clandestinos que combatiam a ditadura por meio da luta armada” (Azevedo, *et al.*, 2017, p. 220). Em seguida, o texto perpetua a concepção de que as ações de guerrilha foram a causa do endurecimento do regime em 1968 e o aumento da repressão “Em resposta às ações de guerrilha, o governo endureceu a repressão” (Azevedo, *et al.*, 2017, p. 221), concepção que já foi superada pela historiografia. Pesquisas no âmbito da historiografia sobre a ditadura destacam que as ações de guerrilha e luta armada serviram para justificar o aumento da repressão, mas não que elas de fato seguiram uma lógica de causa e efeito. Para Fico (2004),

Portanto, é fundamental destacar que, se o anseio punitivo que caracterizava a linha dura não surgiu repentinamente em 1968, como reação à opção de parte da esquerda pela chamada “luta armada”, de fato, a partir do AI- 5, as diversas instâncias repressivas *já existentes* passaram a agir segundo o *ethos* da comunidade de segurança e de informações ou com ela entraram em conflito (Fico, 2004, p. 37).

É sabido que essas organizações eram pouco estruturadas, com diversas dissidências, com pouco poder bélico e quase todos os seus membros eram inexperientes militarmente, o que fazia com que esses grupos fossem facilmente diluídos pelo governo ditatorial sem quaisquer circunstâncias que de fato justificassem as medidas repressivas que foram tomadas. Algumas organizações eram mais fortalecidas principalmente com o treinamento de seus militantes fora



do Brasil e abastecidas com expropriações, como a Guerrilha do Araguaia⁵, porém, grupos com essas características eram exceções.

| 213

Por fim, o trecho acima é o único no livro didático *A Conquista da História* que aborda em parte as organizações que são objetos neste trabalho com nomenclaturas genéricas para defini-las. No texto são usados os termos “grupos clandestinos” (p. 220), “ações de guerrilha” (p. 221), “grupos guerrilheiros” (p. 221), “grupos de luta armada” (p. 221), e “organizações de esquerda” (p. 221) a última ao se referir àquelas que não optaram pela luta armada. Em nenhum momento do texto são citadas quaisquer organizações com seu nome, portanto, nem as principais no quesito de ações e expropriações são mencionadas.

Nas linhas que seguem, será analisado o livro didático *Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania* de Alfredo Boulos Júnior, Edilson Adão e Laercio Furquim Jr, o livro faz parte da coleção multiversos, direcionada para o Ensino Médio.

Considerando os limites cronológicos da pesquisa e a necessidade do conteúdo analisado ser abordado ou não no livro, o capítulo 3 da primeira unidade será o foco do estudo. O capítulo “Experiências autoritárias na América Latina” é dividido da seguinte forma:

Seção 1: O caso do Chile

Seção 2: O caso da Argentina

Seção 3: O caso do Brasil

Por não haver em nenhum outro capítulo do livro menções às organizações de luta armada e ao período aqui trabalhado, não houve necessidade de citá-los.

No capítulo do livro o recorte cronológico é de 1960 a 1980, apesar de não haver uma seção específica para o caso da ditadura do Uruguai o país é citado na abertura do capítulo: “Os anos entre 1960 e 1980 assistiram à ascensão de

⁵ A Guerrilha do Araguaia foi um movimento de tentativa revolucionária, orquestrada pelos militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Ela ocorreu nas regiões do Maranhão, Pará e Tocantins, entre 1972 e 1974, cuja maior motivação era tomar o poder do Estado brasileiro a partir de uma estratégia de combate voltada para a luta camponesa baseada nas Revoluções Chinesa de 1949 e Cubana de 1959 (Costa, 2022, [s.p]).



governos ditatoriais no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai” (p. 60). Embora o texto não use o termo civil-militar, deixa claro que esses regimes foram instaurados com o apoio de parte da sociedade e serviram como forma de legitimar os governos ditatoriais. Destaca-se no texto a importância do estudo desses períodos em decorrência de na atualidade ainda haver resquícios desses regimes na memória e política dos países estudados.

Hoje, esses países voltaram a aderir a via democrática, porém essa experiência autoritária continua tendo desdobramentos políticos importantes na atualidade. Por isso, há a relevância de estudar as estratégias utilizadas pelas ditaduras latino-americanas para legitimar seu poder (Júnior *et al.*, 2021, p. 60).

O caso da ditadura Chilena é relatado em três páginas (p. 60-62), a síntese do conteúdo não possibilita abordagens de detalhes, sendo os eventos históricos resumidos à vitória de Salvador Allende nas eleições presidenciais em 1970, as reformas socialistas que defendia – que o texto acusa de serem as causas da ascensão do ditador Augusto Pinochet em 1973 –, e por fim o plebiscito de 1988 que retornou o governo chileno para as vias democráticas. Os limites impostos pela quantidade de páginas destinadas ao conteúdo, resultou em uma narrativa simplista de causa e efeito, tendo pouca relação do golpe Chileno com as outras ditaduras latino-americanas que carrega o título do capítulo, além disso é explorada somente a relação dos golpistas com os Estados Unidos na articulação do golpe.

A estrutura didática proposta pelo livro para apresentar a ditadura chilena é dividida em três tópicos: a) O caso do Chile; b) Ditadura de Augusto Pinochet; e c) O “não” ao ditador chileno. Apesar da abertura do capítulo estabelecer as relações entre os governos ditatoriais e a conjunturas políticas atuais, não há alusão nas páginas à memória sobre o período, ou ao que aconteceu com os golpistas após a abertura para democracia e/ou as repercussões políticas e econômicas na atualidade do país.

Os autores citam que houve participação de setores não fardados para a consolidação do golpe, neste caso os empresários. Cabe ainda salientar que houve



interesse dos autores em destacar que o evento que levou ao golpe chileno tem suas especificidades e é viabilizado do primeiro contato com o termo civil-militar para caracterizar o golpe.

| 215

De outro, os Estados Unidos, líder do bloco capitalista na Guerra Fria, e **parte do empresariado chileno**, que se consideravam prejudicados pelo governo Allende e queriam derrubá-lo.

Os adversários de Allende se articularam e desfecharam um **golpe civil-militar** com o apoio dos Estados Unidos. Em 11 de setembro de 1973, militares chilenos bombardearam o Palácio de La Moneda, sede do governo do Chile. A violência empregada naquele 11 de setembro **não teve paralelo em qualquer outro golpe civil-militar latino-americano** até aquele momento (Júnior *et al.*, 2021, p. 61-62, grifo meu).

Posteriormente, “O caso da Argentina” (p. 63) tem o seu conteúdo dividido em três páginas, a segunda e a terceira contêm duas subseções: “As Mães da Praça de maio” (p. 64) e “A transição democrática e a construção da memória” (p. 65). O recorte cronológico se dá a partir de 1970, apesar dos autores destacarem os golpes que ocorreram na Argentina desde a década de 1930 não há interesse em algum aprofundamento nos outros golpes.

Entre 1970 e 1976 o texto não deixa claro os fatores que levaram ao golpe, há presença de narrativas reducionistas de crise e instabilidade no governo antes de Domingo Péron – que ocasionou sua vitória nas eleições em 1973 – e em sequência a sua morte em 1974, que resultou na ascensão ao poder de sua esposa Maria Estela Martinez de Péron (Isabelita Perón). Os motivos que justificam as medidas adotadas por ela não são postos no texto, as perseguições políticas contra adversários feitas por Isabelita são citadas sem alguma contextualização política, levando o leitor a acreditar que o governo democrático adotou práticas que levaram ao golpe de 1976.

No entanto, durante esses três anos, a luta política se intensificou e o governo peronista fez uso de sequestro, tortura e fuzilamento para reprimir seus adversários políticos. Apesar disso, o peronismo não se manteve no poder. O país vivia uma crise social e econômica, o que facilitou o caminho para um golpe de Estado: em 24 de março de 1976, militares das três armas, liderados pelo General Jorge Rafael Videla (1925-2013), tomaram o poder e



instalaram uma cruel ditadura, que permaneceu no poder até 1983 e eliminou cerca de 30 mil opositores, segundo as organizações de direitos humanos (Júnior, *et al.*, 2021, p. 63).

216 Para Capelato (2006), a experiência da ditadura Argentina e suas conjunturas políticas foram excepcionais em toda a América Latina e explica que para haver um conhecimento crível sobre o período “é preciso levar em conta as continuidades e rupturas históricas” (p. 64).

Em termos de história factual, aparecem resumos apenas na primeira página citada, a subseção posterior, que trata das Mães da Praça de maio, abre o debate para os grupos de resistência ao Terror de Estado e de sua importância para dar visibilidade às crueldades da ditadura argentina. Na última subseção, “a transição democrática e a construção da memória”, é citado um texto da professora Maria Helena Capelato que remete ao objetivo dos golpistas de também criarem uma memória sobre esse período, porém, o texto não tem nenhuma contextualização com o assunto tratado nas páginas anteriores, uma vez que o processo de redemocratização da Argentina e o fim da ditadura, assim como os processos que levaram à abertura, são uma lacuna para o leitor.

Desse modo, as páginas reservadas para o caso da ditadura argentina no livro *Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania* omite debates históricos importantes, dentre eles, destaco três: a) os processos que antecederam a vitória de Domingo Péron; b) as conjunturas políticas adotadas por Maria Estela Martinez de Péron, não há no texto os fatos que levaram o governo a tomar medidas radicais contra os opositores e nem cita quem de fato eram esses opositores perseguidos; e c) o processo de redemocratização argentina, não havendo qualquer citação do fato.

O capítulo 3, “O caso do Brasil”, é apresentado ao leitor dividido em três subseções: “Militares no poder”, “A linha-dura” e “Economia”. A ditadura civil-militar brasileira é apresentada a partir do golpe de 1964, o termo “golpe civil-militar” é usado para se referir aos eventos ocorridos no ano da derrubada de João Goulart, todavia, em nenhum momento do texto é citada qual foi a participação civil na instauração da ditadura e também não há qualquer menção



aos empresários e suas insatisfações com o governo de Jango, pelo contrário, ao nomear uma subseção de “Militares no poder” perdura uma linha historiográfica já rompida em que estabelecia que o golpe foi exclusivamente planejado, executado e mantido apenas pelos setores fardados.

Uma junta militar formada por oficiais das três armas (Exército, Marinha e Aeronáutica) assumiu o comando do país e, logo nos primeiros dias de abril, desencadeou uma violenta repressão contra pessoas, grupos e órgãos ligados ao governo anterior (Júnior *et al.*, 2021, p. 68).

A subseção “A linha-dura” marcada pelo início dos “anos de chumbo” se refere ao período de instauração do Ato Institucional n.º 5 de 1968 e implantado em 1969, geralmente é nesse recorte que é citada a luta armada, que se subteme a participação de organizações contrárias à ditadura. Contudo, na subseção “A linha-dura” há um tópico nomeado “A resistência democrática: estudantes, operários e políticos”. Como o próprio nome sugere, o tópico argumenta sobre protestos pacíficos e “oposição parlamentar” criando um gancho para “Os anos de chumbo” que é resumido em apenas um parágrafo. Há citação da criação dos órgãos repressivos a partir de 1969, e que seu objetivo era combater os sujeitos considerados subversivos, em seguida, os autores apresentam os métodos desumanos utilizados pela ditadura, como sequestros, prisões e torturas.

O governo Médici (1969-1974) invadiu universidades, perseguiu todos aqueles que considerava subversivos e implantou uma rigorosa censura aos meios de comunicação. Além disso, aparelhou e aperfeiçoou os órgãos de repressão, como o Serviço Nacional de Informação (SNI), o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o Destacamento de Operações Internas e Centro de Operações e Defesa Interna (DOI-Codi). Nas dependências desses órgãos, os cidadãos suspeitos de “subversão” eram presos e torturados sem que a família ou alguma autoridade jurídica fosse informada. Os agentes desses órgãos usavam técnicas de tortura especializadas, inclusive choques elétricos em partes sensíveis, para arrancar confissões dos presos. Muitos deles não suportavam os maus-tratos físicos e morriam no local (Júnior *et al.*, 2021, p. 71).

Portanto, conclui-se que o livro didático *Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania* omite fatos imprescindíveis para a compreensão do



período ditatorial brasileiro, das temáticas que ficam de fora do debate, destaco três: a) O pré-golpe, ou seja, os fatos que levaram à queda de João Goulart; b) a participação os empresários e de parte da sociedade na consolidação do golpe; e c) a Lei de Anistia e o processo de abertura para a democracia. As temáticas referentes à resistência não pacífica, a luta armada e ações de guerrilha não são citadas em nenhum momento, nas páginas sobre o caso da ditadura civil-militar brasileira são abordadas temáticas referentes à economia e à propaganda de massa, após esses conteúdos o capítulo 3 é encerrado dando início a conteúdos distintos dos trabalhados no presente capítulo.

Considerações finais

Os livros aqui analisados foram, são e serão para alguns, a única fonte de acesso a narrativas à luz da historiografia sobre a ditadura civil-militar brasileira em toda as suas vidas, isto se dá pelo motivo da produção acadêmica ainda não ter rompido totalmente os muros da academia, apesar do número de professores de história que se dedicam à história pública, alguns citados neste trabalho, serem maiores do que tínhamos a uma década.

Considera-se, assim que é necessário que o livro didático não deixe lacunas para possíveis interpretações distorcidas, a exemplo do caso do apagamento das organizações aqui citadas que podem ser entendidas como não importantes para o debate sobre o período. Deve ser levado em consideração, ainda, que as interpretações fora da história falam sobre elas, como afirma Gasparotto e Bauer:

Muitas vezes, somos inquiridas pelos/as estudantes sobre “quem tem razão” em uma controvérsia sobre determinado acontecimento e devemos explicar aos alunos as diferenças entre conhecimento histórico e memórias e opiniões, afirmando que não existe equivalência entre essas narrativas, e nem todas as manifestações estão permitidas frente aos argumentos de liberdade de expressão e opinião que têm sido utilizados para a disseminação de discursos de ódio, além da apologia da ditadura civil-militar (Gasparotto; Bauer, 2021, p. 441).



Ressalta-se que há a possibilidade do professor, em sala de aula, debater as ausências apontadas aqui neste trabalho, levando em conta sua formação docente e suas atividades de pesquisa. Desta forma, buscou-se aqui analisar as ausências de narrativas objetivas sobre as organizações de esquerda que atuaram no Brasil no período ditatorial (1964-1985), partindo do pressuposto que sem o intermédio do professor o livro didático também é um documento da cultura escolar que fala por si só e representa o olhar de quem o elaborou e das diretrizes editoriais inerentes a sua produção. Foi considerado também que, em razão da precarização da atividade docente no Brasil, o livro didático torna-se um documento norteador do preparo de aulas, tendo suas ausências perpetradas em sala de aula.

Para que essas omissões e apagamentos sejam revistos é necessário que as políticas e critérios do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) sejam revistas, mais ainda, urge a necessidade de alteração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) à qual se relaciona PNLD.

Fontes

AZEVEDO, Gislane; CALBENTEA, Leandro; SERIACOPI, Reinaldo. A conquista da História. 9º ano. Ensino Fundamental: anos finais. Manual do Professor. 1ª Ed – São Paulo: FTD, 2022.

JÚNIOR, Alfredo Boulos; ADÃO, Edilson; JUNIOR, Laercio Furquim. Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania. Ensino Médio : área do conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. 1ª Ed – São Paulo: FTD, 2020.

Referências

ABUD, Kátia Maria. O livro didático e a popularização do saber. In: SILVA, Marcos A. da [org.]. Repensando a História. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984, p. 81-7.

ALMEIDA, Fabiana Rodrigues; MIRANDA, Sônia Regina. Memória e História em livros didáticos de História: o PNLD em perspectiva. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 46, p. 259-283, out./dez. 2012.

BALESTRA, Juliana Pirola. História e Ensino de História das Ditaduras no Brasil e na Argentina. Antíteses, vol. 9, núm. 18, julho-diciembre, 2016, pp. 249-274 Universidade Estadual de Londrina Londrina, Brasil.



CAPELATO, Maria Helena. Memória da ditadura militar argentina: Um desafio para a história. *Clio – Revista de Pesquisa Histórica* – n. 24, 2006, p. 61-81.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento, Florianópolis*, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60, 2004.

GASPAROTTO, Alessandra; BAUER, Caroline Silveira. O Ensino de História e os Usos do Passado: a ditadura civil-militar em sala de aula. In: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet [orgs.]. *Ensino de História e Práticas de Pesquisa*. Rio Grande do Sul: Oikos Ltda, 2021, p. 438-451.

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de; CAIMI, Flávia Eloisa. Vitória da tradição ou resistência da inovação: o Ensino de História entre a BNCC, o PNLD e a Escola. *Educar em Revista*, v. 37, p. e77041, 2021.

RALEJO, Adriana Soares; MELLO, Rafaela Albergaria; AMORIM, Mariana de Oliveira. BNCC e Ensino de História: horizontes possíveis. *Educar em Revista*, v. 37, p. e77056, 2021.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papyrus, 1994. t. I.

ROCHA, Helenice. A ditadura militar nas narrativas didáticas. ROCHA, Helenice et al. [org]. *Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017, p. 245-268.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. Ofício nº 926/2024 - GAB/SEDUC. São Luís, MA: Gabinete da Secretaria de Estado de Educação, 14 mai. 2024. Assunto: Solicitação de informações sobre a distribuição de livros didáticos. Disponível em: http://sei.ma.gov.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&id_procedimento=1483054.

SILVA, Marcos Antônio. A fetichização do Livro Didático no Brasil. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, set./dez. 2012.

VILLALTA, Luiz Carlos. O Livro Didático de História no Brasil: perspectivas de abordagem. *Pós-História, Assis, SP - Brasil*, v. 9, p. 39-59, 2001.